

Handwritten: *que p 7*

• **Constituinte/Ordem Econômica**

Mindlin diz que os parlamentares estão "cometendo um erro"

por Alceo Rizzi de Salvador

O presidente da Metal Leve S.A., José Mindlin, disse na sexta-feira em Salvador que, na sua opinião, a Assembleia Nacional Constituinte está cometendo "um erro de perspectiva" com as decisões que vem adotando para a área econômica, restringindo a participação do capital estrangeiro no País. Mindlin disse temer que as medidas como a da nacionalização da exploração mineral, de eliminação dos contratos de risco da Petrobrás e da extensão da reserva de mercado para outras áreas de economia, adotada pela Constituinte, venham a "fechar as fronteiras do País para o capital estrangeiro".

"Mas eu acredito que no segundo turno de votação essas medidas sejam revistas", disse o presidente da Metal Leve, salientando que também é favorável a uma maior disciplina do capital estrangeiro no País. Na opinião de Mindlin, contudo, essas decisões da Constituinte vão além da simples disciplina e podem afastar os investimentos internacionais do País.



José Mindlin

"Nós não somos o único país onde se possa investir", acrescentou o presidente da Metal Leve, para quem os "erros de perspectiva" que, a seu ver, estão sendo cometidos, são consequências de um erro maior que foi a maneira em que a própria Assembleia Nacional Constituinte foi convocada. Ele acha que a Assembleia Nacional Constituinte deveria ser exclusivamente convocada para elaborar a futura Constituição, sendo dissolvida após a sua promulgação. E não mantendo mandatos para os constituintes depois da Carta promulgada.

Se persistir o impasse, reforma pode não constar na Constituição

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Se os constituintes não aprovarem nesta terça-feira um texto fixando os princípios básicos da reforma agrária e da política agrícola, a matéria pode não constar da futura Constituição.

Essa preocupação foi demonstrada, na sexta-feira, pelo presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães e confirmada pelos senadores Jarbas Passarinho (PDS/PA) e José Fogaça (PMDB/RS).

Com a rejeição, na quinta-feira, dos dois projetos que serviam de base às votações do capítulo — nenhum obteve os 280 votos necessários à aprovação — abriu-se, pela primeira vez, a possibilidade de todo um capítulo não constar da futura Constituição. Isto porque de acordo com o regimento interno da Constituinte, rejeitados os textos, abre-se prazo para que o relator ou a maioria absoluta dos constituintes apresente uma proposta alternativa. Se esta proposta também não for aprovada, a matéria ficará fora do texto constitucional.

Porém, no que depender do relator Bernardo Cabral não haverá o "buraco negro". Seguindo as normas do regimento, o relator começou a examinar desde a manhã de sexta-feira todas as emendas e os dois projetos existentes sobre o capítulo, a fim de fazer uma proposta alternativa. Ainda na sexta-feira, o relator reuniu-se com as lideranças partidárias e suprapartidárias para ouvir sugestões.

A tarefa de Cabral não é fácil. Ele precisa encontrar uma fórmula que seja aceita pela maioria dos constituintes sobre a questão da desapropriação da propriedade improdutiva — questão que acabou por impedir um acordo entre a ala mais conservadora do "Centrão", composta pelas lideranças do PFL e PL e as demais lideranças partidárias.

Sabendo de antemão que o relator viu com simpatia propostas anteriores de acordo onde se proibia a desapropriação da propriedade produtiva, salvo se ela não cumprisse com sua função social, as lideranças do PFL e PL, que discordam dessa posição, redigiram sua proposta para o capítulo. Com o apoio da

Ulysses quer uma definição

por Ricardo Balthazar de São Paulo

A reforma agrária é um assunto "primordial" e não pode ser deixado de fora da futura Constituição. A opinião foi manifestada na sexta-feira, em São Paulo, pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, que se encontrou com o governador paulista, Orestes Quêrcia, para discutir a situação atual do PMDB.

"Em matéria de buraco, houve um só, pelo que eu sei. Não quero outro 'buraco negro' e vou trabalhar para que isso não aconteça", disse Ulysses Guimarães. Ele contou que manteve uma longa conversa, na manhã de sexta-feira com o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, que ficou encarregado de

analisar as várias propostas sobre o tema e sugerir um texto de consenso até, no máximo, sábado.

Na noite de sexta-feira, Cabral analisaria essa nova tentativa de acordo com líderes do "Centrão" e com o senador Mário Covas, líder do PMDB. "Não desejo que o assunto fique para a legislação ordinária", afirmou Ulysses Guimarães.

União Democrática Ruralista, essas lideranças iniciaram ainda na sexta-feira uma mobilização para coletar as 280 assinaturas necessárias para que a emenda coletiva possa ser apreciada pelo plenário.

De acordo com o regimento, qualquer proposta deve ater-se a textos preexistentes, não cabendo inovações ou interpretações.

Segundo informou o deputado Alysso Paulinelli (PFL/MG), presidente da Confederação Nacional dos Agricultores e um dos principais negociadores do "Centrão" nesse tema, o texto do grupo foi redigido por agrônomos, porque são eles que entendem dos problemas relativos à terra. A forma jurídica foi dada por dois constitucionalistas membros do "Centrão", os deputados Paes Landim (PFL/PI) e Bonifácio de Andrada (PDS/MG). A proposta, segundo Paulinelli, proibe a desapropriação da propriedade produtiva e impõe sanções ao proprietário que não cumprir a função social.

A liderança do PMDB também optou por fazer sua proposta. A base do texto segue a linha das propostas de negociação anteriormente apresentadas, isto é, proibe a desapropriação da propriedade produtiva, exceto quando ela não cumprir a sua função social.

O grupo que conseguir o maior número de assinaturas para a sua proposta terá a preferência para colocá-la em votação no plenário. Porém, isto só ocorrerá se a proposta do relator, que tem preferência sobre as demais, for rejeitada pelo plenário.

De acordo com o regimento interno da Consti-

tuínte, as propostas devem ater-se a textos preexistentes, não cabendo inovações ou interpretações.

Os constituintes poderão apresentar destaques às

propostas, ou seja, um pedido para que determinado artigo ou parágrafo seja examinado separadamente. Para tanto, o requerimento de destaque deve conter 187 assinaturas.

Barbalho defende acordo para garantir o texto

por Ivanir José Bortot de Brasília

O titular do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), Jader Barbalho, defendeu, na sexta-feira, um amplo entendimento buscando garantir um novo texto constitucional sobre a política agrária.

"O País não aceita um retrocesso ao Estatuto da Terra da mesma maneira que não está em condições de tumultuar a produção agrícola", disse Barbalho, referindo-se ao ponto central da divergência nas discussões entre os grupos radicais e as lideranças do PMDB: a desapropriação da terra produtiva.

Ele foi enfático ao dizer que "terras produtivas, mesmo as de grandes dimensões, não serão desapropriadas para fins de reforma agrária". O ministro, por outro lado, ressaltou que mesmo um proprietário com 5 mil hectares que não esteja aproveitando racionalmente a sua propriedade poderá ser desapropriado.

O Mirad tem utilizado dois critérios básicos para desapropriar áreas destinadas à reforma agrária: o grau de utilização da terra (GUT), que deve atingir um mínimo de 80%, ou seja, a propriedade precisa atingir um nível de aproveitamento racional superior a 80%, sob pena de sofrer a desapropriação. O Mirad utiliza ainda para medir a produtividade o grau de eficiência na exploração (GEE) que é obtido em uma relação entre colheita/hectare ou entre o número de cabeças de gado por hectare.

Mesmo com esse rígido critério de definição de propriedade produtiva o Mirad tem ido à Justiça para justificar as desapropriações, não pelos erros de cálculo de produtividade, mas essencialmente pelo valor de pagamento do imóvel. Ape-

sar disso, dos 3,3 milhões de hectares desapropriados pelo governo Sarney, em um total de 536 imóveis, o Mirad não foi ainda imitado na posse em apenas cem processos, com menos de 270 mil hectares.

O governo Sarney, independentemente do novo texto constitucional, vem mantendo a meta de assentar, até 1991, cerca de 1 milhão de famílias. O Mirad possui mecanismo para atingir esses objetivos. Um exemplo disso foi a decisão fixada pelo governo através do Decreto-lei 2.363, que excluiu as pequenas e médias propriedades do processo de reforma agrária. Mesmo assim, no período em que esteve à frente do Mirad, Barbalho, em cerca de sete meses, desapropriou 1,3 milhão de hectares.

Caso seja mantida no texto constitucional a exclusão da pequena e média propriedade, restariam cerca de 280 milhões de hectares de terras concentrados nas mãos de 2,4% dos produtores rurais do País que poderiam ser alvo da reforma agrária. O governo, no entanto, para cumprir sua meta, necessitaria de apenas 30 milhões de hectares. Todos os governos anteriores desapropriaram 15,2 milhões de hectares, onde foram assentadas 120 mil famílias em 58 projetos de colonização, que vêm sendo mantidos pelo governo, alguns desde 1942.

Pela atual sistemática de assentamento agrário, o volume de terra arrecadado deverá ser apenas o dobro para dar terra a um número de pessoas assentadas oito vezes maior, ou seja, o governo Sarney está assentando 49,549 mil famílias em apenas 2,2 milhões de hectares, ante 120 mil assentamentos feitos em 15,2 milhões de hectares dos governos anteriores.

O "buraco negro"

Apesar do impasse que imobilizou o plenário da Constituinte em torno da questão fundiária, tecnicamente ainda não se configurou o chamado "buraco negro". Na verdade, só haverá isso se a nova Constituição não tiver o Capítulo III do Título VII. Isto é, se não se conseguir aprovar nenhuma proposta sobre a questão fundiária. Nesse caso terá ficado um "buraco negro" no texto — um espaço que os constituintes não conseguiram preencher.

A hipótese é remota, segundo a EBN, pois o regimento interno prevê uma seqüência de procedimentos, justamente para que possam ser esgotados todos os recursos. No caso da questão fundiária, uma parte deles já foi cumprida, sem que houvesse o acordo. Mas, pelo menos formalmente, as duas principais correntes da Constituinte continuam empenhadas em negociar.

Sábado, até as 21 horas, Bernardo Cabral (PMDB-AM) terá de apresentar, de acordo com o regimento interno, uma proposta alternativa, se possível com o endosso das duas correntes. Esse texto será publicado no domingo e poderá receber emendas. Na ter-

ça, finalmente, será submetido à votação.

Mas o regimento prevê também que os constituintes poderão apresentar um ou mais substitutivos, desde que apoiados pelas assinaturas de 280 ou mais parlamentares. Com esse apoio, o substitutivo, ou substitutivos, ganha o direito de preferência — ou seja, é votado em primeiro lugar. Se houver mais de um, será votado o que tiver mais assinaturas de apoio.

O mais provável é que, além do texto de Cabral, sejam apresentados mais dois: o do grupo Covas e o do "Centrão". Os dois grupos trabalharam intensamente na elaboração dos textos alternativos e na coleta de assinaturas. O "Centrão" dividiu por estados a coleta. Em cada estado há um deputado encarregado de conseguir as assinaturas de apoio. E mais ou menos o mesmo esquema do grupo Covas, que lançou mão do trabalho de vários coordenadores de bancada.

Fernando Henrique acha entendimento difícil

O líder do PNB, senador Fernando Henrique Cardoso, defendeu na sexta-feira a necessidade de acordo para a votação do texto referente à reforma agrária, embora ele, pessoalmente, não veja muita possibilidade de ele ser realizado. Nesse caso, previu, a Constituição nada falará sobre reforma agrária e deixará o assunto para o Estatuto da Terra.

Fernando Henrique Cardoso revelou também, se-

gundo a EBN, que foi por causa de alguns pequenos partidos, que na sexta-feira não se votaram os textos disponíveis.

E que eles queriam que o PMDB assumisse a responsabilidade pelo acordo com o "Centrão", algo que politicamente não seria razoável. Desse modo, comentou o senador, nós nos encaminhamos para ter um "buraco negro" de verdade na Constituição.

Elogios à reforma em Mato Grosso do Sul

O secretário de Assentamento do Mirad, de Mato Grosso do Sul, José Cezário Menezes de Barros, disse na sexta-feira em Campo Grande que "Mato Grosso do Sul desponta na área de reforma agrária, não só como modelo no setor de execução como também na área política pela forma co-

mo o governador vem desenvolvendo o processo da reforma.

Acrescentou, segundo a EBN, que tem encontrado em Mato Grosso do Sul uma verdadeira integração entre o governo do estado, prefeitos e o Mirad objetivando a implantação da reforma agrária no estado.

CAMPO GRANDE — MATO GROSSO DO SUL
 Área Urbana de 50.000 m² a 500 mts da Rod. C. Grande Cuiabá. Cz\$ 600,00 ao m².
 Tratar com proprietário (067) 624-2648 CRECI-1829